



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
SUBCOMISSÃO ESPECIAL AGÊNCIAS REGULADORAS
REQUERIMENTO Nº....., DE 2019
(Do Sr. LÉO MORAES)

Requer que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica Sr. André Pepitone da Nobrega para prestar esclarecimentos acerca da revisão da Resolução Normativa nº 482/2012 destinada a alterar as regras de 2012 que incentivavam os consumidores a investirem em geração de energia solar e agora essa revisão visa penalizar os consumidores com aumento de encargos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública visando convidar o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone da Nobrega para prestar esclarecimentos acerca da revisão da Resolução Normativa nº 482/2012 destinada a alterar as regras de 2012 que incentivavam os consumidores a investirem em geração de energia solar e agora essa revisão visa penalizar os consumidores com aumento de encargos.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução Normativa nº 482 de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visava gerar incentivo e segurança jurídica para que os consumidores de energia elétrica diversificassem sua matriz elétrica, aderindo a equipamentos de alto custo com matriz limpa como os de energia solar, visando dentre



outros motivos equilibrar o consumo e o custo na energia elétrica distribuída pelas empresas de energia, que muitas vezes chega sobremodo onerosa aos consumidores por conta da falta de energia a ser distribuída e por conta da falta de investimentos no setor.

Agora nos deparamos com uma mudança drástica no incentivo gerado em 2012, penalizando com cobranças de pedágio, tarifa ou aumento de alíquota os consumidores que acreditaram na Resolução da ANEEL e fizeram um alto investimento em equipamentos de geração de energia solar.

É necessário dar a devida transparência nas atitudes tomadas pela ANEEL, bem como estabelecer segurança jurídica a população que sistematicamente é penalizada, impedindo assim, o crescimento econômico e a distribuição de renda tão necessária para o desenvolvimento do país.

Atitudes como essa geram instabilidade e fazem a população descreditar em Políticas Públicas, que podem em algum momento induzi-la a ser penalizada, por conta de mudanças sem embasamento técnico.

Pelo exposto, apresento esse Requerimento de Audiência Pública convidando o Diretor-Geral da ANEEL para prestar esclarecimentos.

Sala das sessões,

LÉO MORAES
Presidente da Subcomissão Especial
Agências Relacionadas ao campo temático da CME